

A. I. N° - 080556.0003/10-4
AUTUADO - MIZU S/A
AUTUANTE - VANILDA SOUZA LOPES
ORIGEM - IFEP COMÉRCIO
INTERNET - 12.05.2011

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0098-04/11

EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. IMPOSTO RETIDO E NÃO RECOLHIDO. O pagamento após o início da ação fiscal não afasta a multa e não elide a infração. Ilícito tributário caracterizado. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 30/08/2010 para exigir ICMS no valor de R\$ 508.526,36, acrescido da multa de 150%, prevista no art. 42, V, “a” da Lei nº 7.014/96, em razão de falta de recolhimento do imposto retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subseqüentes nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado.

Foi consignado que o lançamento diz respeito à falta de recolhimento do ICMS-ST nos meses de março, abril e maio de 2010, e recolhimento a menor em junho de 2010, sendo que, em relação a este último período, o autuado reteve o tributo no montante de R\$ 198.566,77 e recolheu intempestivamente, em 27/08/2010, com acréscimos, o valor de R\$ 197.108,48.

Na defesa apresentada, de fls. 21/22, o contribuinte afirma que pagou as quantias de R\$ 209.053,25, R\$ 216.585,64, R\$ 190.026,93 e R\$ 1.458,29, conforme comprovantes anexados (fls. 23 a 31), em razão de que requer a extinção do crédito tributário.

A autuante junta informação fiscal às fls. 52/53, onde afirma que, conforme e-mails de fls. 54 a 57, a ação fiscal teve início no dia 12/07/2010 e foi concluída no dia 30/08/2010. Assinala, quanto aos valores lançados, que houve um equívoco por parte do impugnante, pois o mesmo, inicialmente, recolheu em favor do Estado do Espírito Santo, e não do Estado da Bahia.

No seu entender, o contribuinte reconheceu o débito e posteriormente pagou em favor deste Estado, mas sem a multa, motivo pelo qual pleiteia a procedência da autuação.

Às fls. 59 a 63 foram juntados comprovantes de pagamento parcial.

VOTO

Importa registrar que a apresentação dos e-mails de fls. 54 a 57 não implica em necessidade de converter o feito em diligência para que o sujeito passivo seja notificado da juntada dos mesmos, seja porque são documentos que comprovadamente já se encontram em sua posse, seja porque em nada importam para o deslinde da presente contenda administrativa, consoante o que será exposto abaixo.

Da análise do Termo de Início de Fiscalização de fl. 15, percebo que a ação fiscal foi iniciada no dia 12/07/2010, em obediência ao art. 28, I do RPAF/99. Não seria razoável exigir a assinatura de preposto do sujeito passivo para conferir legitimidade ao mencionado documento, posto que localizado em outro Estado.

Art. 28. A autoridade administrativa que efetuar ou presidir tarefas de fiscalização para verificação do cumprimento de obrigação tributária lavrará, ou determinará que sejam lavrados, conforme o caso:

I - Termo de Início de Fiscalização, destinado a documentar o início do procedimento fiscal, com indicação do dia e hora da lavratura, devendo ser colhida a assinatura do intimado no instrumento ou em recibo, a menos que seja transcrito diretamente em livro do próprio contribuinte;

(...).

Todos os pagamentos comprovados às fls. 23 a 31 foram realizados após o início dos trabalhos de fiscalização, pelo que não têm o caráter de denúncia espontânea ou força para afastar a aplicação da multa cominada e a procedência da autuação (arts. 95 a 99, RPAF/99).

Inclusive, nos termos do registro da autuante de fl. 01, não contestado pelo impugnante (art. 140, RPAF/99), o pagamento concernente ao mês de junho de 2010 – no total de R\$ 197.108,48 – que resultou no lançamento da quantia de R\$ 1.458,29 neste mês, em função de o montante retido ter sido de R\$ 198.566,77, também foi efetuado após o início da ação fiscal, no dia 27/08/2010. Assim, o lançamento com data de ocorrência de 30/06/2010 mostra-se menor do que aquele que seria pertinente, e por isso represento à autoridade competente para que determine a renovação da ação fiscal.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores já pagos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **080556.0003/10-9**, lavrado contra **MIZU S/A**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 508.526,36**, acrescido da multa de 150%, prevista no art. 42, V, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de abril de 2011.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO - JULGADOR